

## CPI da Pedofilia termina com alerta sobre crime na internet

Depois de 30 meses, comissão apresenta relatório final com 2 mil páginas em que recomenda maior fiscalização sobre crimes sexuais em *sites* como o Orkut

Dois volumes somando quase 2 mil páginas foram apresentados ontem pela CPI da Pedofilia como relatório final, após ter trabalhado desde março de 2008 em investigações sobre crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes, especialmente na *web*. Além de pedir providências a autoridades, a CPI alerta: é preciso fiscalizar com rigor o conteúdo em *sites* de relacionamento. **3**

O relator Demóstenes Torres (E) e o presidente Magno Malta: comissão, que funcionou por mais de dois anos, obteve resultados práticos e aprovou leis para ampliar combate à pedofilia



José Cruz/Senado Federal

### Governo pede diálogo para marco das comunicações

Em debate no Senado, ministro Franklin Martins reafirma que

marco regulatório do setor depende ainda de muita discussão. **4 e 5**



Ministro Franklin Martins e senador Flexa Ribeiro, presidente da CCT (D)

J. Freitas/Senado Federal



Eduardo Suplicy e Inácio Arruda juntaram-se ao Coral do Senado para homenagear Noel Rosa e Adoniran Barbosa

Waldemir Barreto/Senado Federal

### Coral e senadores cantam Noel e Adoniran

Centenário do nascimento dos sambistas Noel Rosa e Adoniran

Barbosa foi celebrado ontem pelo Plenário do Senado. **8**

### Congresso entrega medalha a servidores

Comenda da Ordem do Congresso Nacional foi concedida ontem a três pessoas, entre elas dois servidores. **2**



Claudia Lyra, secretária-geral da Mesa do Senado, exhibe a comenda recebida do senador José Sarney (C) e do deputado Marco Maia

Jane Araújo/Senado Federal

### Relatório mantém salário mínimo de R\$ 540 em 2011

Anúncio foi feito por Serys Slhessarenko, que deve divulgar hoje relatório final do Orçamento. Ela disse que ainda espera indicação do Planejamento sobre possíveis cortes. **7**

Sarney destaca que homenagem é uma forma de reconhecer o trabalho de Claudia Lyra, secretária-geral da Mesa do Senado, e de Mozart Vianna, secretário-geral da Mesa da Câmara, no assessoramento da atividade legislativa

# Servidores recebem comenda da Ordem do Congresso Nacional

A SECRETÁRIA-GERAL DA Mesa do Senado, Claudia Lyra Nascimento, e o secretário-geral da Mesa da Câmara, Mozart Vianna de Paiva, receberam ontem a comenda da Ordem do Congresso Nacional – ambos no grau de comendador – dos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia. Também foi condecorado, no grau de cavaleiro, o empresário Romeu Bonini.

Sarney destacou que a homenagem foi uma forma de reconhecer o trabalho de Claudia Lyra (servidora do Senado desde 1981) e de Mozart Vianna (servidor da Câmara desde 1976) no assessoramento da atividade legislativa.

– São dois eminentes funcionários das duas Casas – afirmou.

## História

Marco Maia, que assumiu ontem a presidência da Câmara, depois que Michel Temer renunciou ao mandato para ser diplomado vice-presidente da República, disse que a homenagem estende-se a todos os funcionários do Congresso. O deputado afirmou que falar em Claudia Lyra e Mozart Vianna é falar um pouco da história do Congresso.



Claudia Lyra, Mozart Vianna, Romeu Bonini, Heráclito Fortes, Inocêncio Oliveira, José Sarney e Marco Maia na solenidade

– Não aprovaríamos tantas matérias e não daríamos encaminhamento a tantas demandas do povo brasileiro se não os tivéssemos nos orientando.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que indicou a condecoração de Romeu Bonini, assinalou sua contribuição à sociedade brasileira e o traba-

lho social desenvolvido pela Maçonaria, organização da qual ambos são integrantes.

Ao agradecerem à homenagem, Claudia Lyra e Mozart Vianna dividiram o recebimento da comenda com os servidores do Congresso.

– Ela não é conquistada sozinho. Há uma equipe por trás

desse trabalho – assinalou a secretária-geral da Mesa do Senado.

A comenda foi criada em 1972 para homenagear pessoas e instituições nacionais ou estrangeiras que se tenham tornado dignas do especial reconhecimento do Poder Legislativo do Brasil.

## Cedro é tema de entrevista na Rádio Senado

O cedro, árvore nativa do Brasil com alto potencial de plantio comercial, é tema do programa *Sintonia Ambiental*, da Rádio Senado Ondas Curtas, neste domingo.

Nesta edição, o programa – que vem apresentando uma série de reportagens sobre as árvores brasileiras – entrevista o pesquisador Paulo Ernani Carvalho, da Embrapa Florestas, autor da coleção *Espécies arbóreas brasileiras*.

O pesquisador explica em detalhes as características do cedro e os problemas mais comuns que prejudicam a planta.

O programa entrevista ainda o analista do Serviço Florestal Brasileiro José Arlete Camargo. Especialista em anatomia e identificação de madeiras, Camargo explica o funcionamento de um *software*, disponível na internet, que permite que as pessoas identifiquem as espécies a partir da análise de pequenos pedaços de madeira.

O *Sintonia Ambiental* vai ao ar toda quinta-feira, às 7h, na Rádio Senado Ondas Curtas, com reprise aos domingos, dentro do programa *O Senado é Mais Brasil*.

A Rádio Senado transmite em ondas curtas na faixa de 49 m, em 5.990 kHz.



Diretor-geral, Haroldo Tajra (E), comanda ontem a entrega dos prêmios aos vencedores, escolhidos em votação na internet

## Senado premia melhores de concurso de fotografia

O Senado premiou ontem os vencedores do 2º Concurso de Fotografia do Legislativo Federal. Mais de cem servidores do Legislativo participaram da disputa em três categorias: plástica, mérito e montagem. Uma votação do público na página do Senado Verde na internet classificou as melhores imagens e elas foram enviadas posteriormente a uma comissão julgadora, que escolheu as vencedoras.

Com o tema “Qual a energia que nós queremos”, o concurso foi promovido pelos projetos Senado Verde e Eco-

câmara em parceria com o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União (Sindilegis). A

entidade ofereceu prêmios de R\$ 1 mil a R\$ 2 mil aos três primeiros colocados nas categorias plástica e mérito e ao primeiro colocado na categoria montagem.

Participaram da premiação o diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, o presidente do Sindilegis, Nilton Paixão, e a coordenadora do projeto Senado Verde, Andrea Valente. Tajra elogiou a iniciativa do concurso e ressaltou a importância de um trabalho articulado entre o Senado e o Sindilegis voltado para os servidores.

### Conheça os premiados

#### CATEGORIA PLÁSTICA

- 1º lugar: **Joel Rodrigues da Silva**
- 2º lugar: **Paulo Roberto Resende**
- 3º lugar: **Tiago da Rosa Orihuela**

#### CATEGORIA MÉRITO

- 1º lugar: **Raimundo Alves**
- 2º lugar: **André Júlio Neves**
- 3º lugar: **Joel Rodrigues da Silva**

#### CATEGORIA MONTAGEM

- 1º lugar: **João José de Castro Junior**

## Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados após as 20h de ontem serão publicados, excepcionalmente, na edição desta segunda-feira.

## Correção

O projeto que garante o Bolsa Família a famílias com portadores de doenças crônicas, aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), foi apresentado pela senadora

Rosalba Ciarlini (DEM-RN), e não pelo senador Paulo Paim (PT-RS), como foi informado na edição de ontem do **Jornal do Senado**, em chamada de capa.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário Sessão destinada a discursos

9h A sessão plenária é não deliberativa e destina-se a discursos dos senadores. Os primeiros oradores inscritos são Eduardo Suplicy (PT-SP), Valter Pereira (PMDB-MS) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

## Presidência Diplomação de Dilma Rousseff

17h José Sarney participa de cerimônia de diplomação, no plenário do Tribunal Superior Eleitoral, da presidente eleita Dilma Rousseff e do vice-presidente Michel Temer. Após a solenidade, às 19h, compareça a coquetel oferecido pelo presidente Lula aos eleitos. A recepção ocorrerá no Palácio do Itamaraty.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

## Pará apresenta casos "ostensivos", diz Demóstenes

Em suas recomendações aos estados, o relatório contém observações especiais sobre a pedofilia no Pará. Entre elas, a CPI solicita ao tribunal de Justiça do estado a criação de comissão interna especial para apreciar com prioridade os processos de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Na avaliação de Demóstenes Torres, o estado do Pará apresenta casos "ostensivos" de pedofilia, pois há envolvimento de várias autoridades e a justificativa de que esse tipo de crime é um problema cultural do estado.

– Não aceitamos! A exploração de crianças e adolescentes não pode ser cultural. E se acontece, agora não vai acontecer mais – afirma.

Demóstenes ressalta que existem pedófilos em qualquer segmento econômico, social ou profissional. Os pais devem observar seus filhos quando estão na internet, recomenda o senador, para verificar se não há assédio de adultos. Segundo ele, esse cuidado não configura violação de privacidade das crianças e adolescentes. Ele também destaca que o crime é cometido na maior parte dos casos por homens e dentro da própria família – padrastos, tios e irmãos.

A CPI também enviou ofício ao Ministério Público de Alagoas pedindo informações sobre as razões de ainda não ter sido oferecida denúncia criminal contra três padres – Luiz Marques Barbosa, Raimundo Gomes Nascimento e Edilson Duarte.

## União mundial contra criminosos na internet

A CPI da Pedofilia recomenda ao Ministério das Relações Exteriores a reconsideração de sua posição contrária à Convenção do Conselho Europeu sobre o Cibercrime. Demóstenes Torres recomenda que se dê início às tratativas políticas preliminares com os membros do Comitê de Ministros do Conselho Europeu para adesão do Brasil ao documento. Na sua avaliação, a cooperação internacional é importante para combater crimes cibernéticos, em especial os relativos à divulgação, pela internet, de material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes.

– Quanto mais países estiverem envolvidos no combate aos crimes cibernéticos, mais eficazes se revelarão as ações por eles desenvolvidas, evitando-se, especialmente, a impunidade decorrente da fluidez da noção de "fronteira" no âmbito da internet – afirma.

A CPI realizou um "trabalho hercúleo", apesar de, diferentemente de outras CPIs em que atuou, o tema não dividir opiniões, já que todos os senadores, assim como a sociedade, são favoráveis ao combate da pedofilia, avalia Demóstenes.



Elaborado pelo senador Demóstenes Torres (E), o relatório da CPI, presidida por Magno Malta (D), foi apresentado em dois calhamaços, com 1.995 páginas no total

# CPI propõe novas leis para combater a pedofilia e pede vigilância no Google

Comissão, que funcionou durante quase três anos, conseguiu expressivos resultados no combate ao abuso sexual de menores, como a aprovação de leis e a colaboração de sites e empresas de telefonia na luta contra os criminosos

APROVADO ONTEM, O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, redigido por Demóstenes Torres (DEM-GO), propõe novas leis para coibir o abuso de crianças e recomenda fiscalização da conduta do Google (detentor do site Orkut) com relação ao termo de ajuste de conduta assinado em 2008, que visa combater a atuação de pedófilos na internet.

O relatório da CPI, instalada em março de 2008, traz recomendações ao Ministério Público, aos estados e municípios, aos ministérios da Saúde e da Educação e ao Poder Judiciário, além de

sugestões de leis e medidas de combate ao abuso de menores.

A comissão não pediu indiciamentos, como é comum ao término de CPIs, uma vez que todas as pessoas investigadas já foram indiciadas durante os trabalhos ou até mesmo condenadas pela Justiça, lembrou Demóstenes.

O presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), disse que a comissão pautou o país. Para ele, a imprensa, as igrejas e as pessoas manifestaram sua repulsa ao crime da pedofilia.

– A gente vê [a repulsa] no rosto do repórter, do policial, das pessoas. Isso é o que de mais

importante a CPI deixou – disse Magno Malta, ao acrescentar que, apesar de continuar sua luta contra esse tipo de crime, o país não depende mais da CPI da Pedofilia para combatê-lo.

Demóstenes destacou os acordos com o Google Brasil, operadoras de cartões de crédito e empresas de telefonia, que passaram a cooperar e oferecer material suspeito de abuso de crianças e adolescentes.

Confira o texto integral do relatório em <http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/pdfs/relatoriocpipedofilia.pdf>.

## Muitos projetos do colegiado já se tornaram lei

Já no primeiro ano de funcionamento, a CPI conseguiu tornar lei um de seus projetos. Aprovado pelo Senado e pela Câmara, o PLS 250/08 foi transformado na Lei 11.829/08, que estabelece pena de oito anos de reclusão pela posse de material pornográfico envolvendo crianças ou adolescentes. A pena é aumentada em um terço se o réu tiver proximidade ou parentesco com a vítima.

Outra norma legislativa de iniciativa da CPI da Pedofilia é a Lei 12.085/09, que incluiu o abuso sexual de menores no rol dos crimes hediondos e estabeleceu pena de oito a 15 anos de prisão para quem tiver conjunção carnal ou praticar ato libidinoso com menor de 14 anos.

Vários outros projetos apresentados pela CPI com o objetivo de combater a pedofilia foram aprovados pelo Senado e, atualmente, tramitam na Câmara dos Deputados.

A CPI apresentou ainda mais dois projetos. Um deles determina que as emissoras de radiodifusão veiculem mensagens contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e sobre o uso seguro da internet. O outro cria regra única para a progressão de regime nos crimes hediondos, independentemente da condição de primário, estendendo-a aos crimes de pedofilia previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 240).

## Lei Joanna Maranhão foi sugerida pela comissão

Entre as leis sugeridas pela CPI da Pedofilia, está uma que estende de seis meses para dez anos o prazo após a maioridade para que uma pessoa molestada quando criança possa promover representação. Assim, explicou Demóstenes, se os pais ou o Ministério Público não tomarem providências por algum motivo quando a criança ou o adolescente sofreram abuso, após completar 18 anos, a vítima poderá, até os 28 anos, processar o agressor.

Na avaliação de Demóstenes, a medida – que passou a ser chamada Lei Joanna Maranhão – vai contribuir para dar conforto ao agredido, bem como impedir abusos em razão do agressor acreditar na impunidade. A denominação da lei, que tramitou no Senado como PLS 234/09, é uma homenagem à jovem nadadora Joanna Maranhão, que denunciou seu treinador por abuso sexual sofrido quando era criança.

Na opinião da nadadora, que assistiu à apresentação do relatório final da CPI da Pedofilia, a orientação sobre o problema da pedofilia deve fazer parte da educação das crianças e adolescentes. Ela alertou que o problema não é comum apenas em famílias pobres, mas pode acontecer em qualquer classe social.

– Já que a gente não pode erradicar o problema porque ele é grande, vamos pelo menos diminuir bastante – disse a nadadora, ao destacar a "grandiosidade do trabalho feito pela CPI".



Nadadora Joanna Maranhão assiste à apresentação do relatório

## Empresas definem prioridades na regulamentação

Representantes do setor empresarial concordaram sobre a necessidade de um novo marco regulatório para o setor de comunicação. Eles fizeram, no entanto, ponderações quanto ao nível de interferência do Estado no funcionamento do setor e defenderam prioridade para alguns temas a serem tratados na discussão da nova legislação.

Entre outros temas, eles ressaltaram a manutenção da gratuitidade dos serviços no sistema aberto, a propriedade dos veículos por brasileiros, a excessiva carga de impostos cobrada do cidadão e a questão dos direitos autorais diante da migração do conteúdo jornalístico para a internet.

### Sobrevivência

O representante da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), Kalled Adib, disse que a entidade é a favor do marco regulatório para o setor para assegurar a sobrevivência de algumas empresas brasileiras e para que a informação continue sendo levada a todas as localidades. Em sua opinião, é possível avançar no debate preservando

o modelo de radiodifusão aberta, em que há gratuidade na recepção do conteúdo.

Ele ressaltou que esse modelo segue as regras de classificação da programação por faixa etária e aproveitou para cobrar a observância dessas normas pelas empresas de TV a cabo. Para ele, o PLC 116/10, que regulamenta o serviço de TV por assinatura, em tramitação no Senado, deveria ser discutido dentro do novo marco regulatório.

Sobre a convergência das mídias, o representante da Abra ponderou que o processo ainda não é acessível a todos os brasileiros e que é necessário pagar pelos serviços. Kalled Adib reforçou que a Abra é contra qualquer forma de censura e disse que a sociedade brasileira não aceita mais isso.

### Competição

Eduardo Levy Moreira, diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), disse que a entidade considera que o marco legal é uma adaptação às novas necessidades da sociedade e do Estado. Mas ponderou

ser necessário regular apenas o essencial, porque é a competição que faz crescer a oferta de serviços. Ele frisou que se deve considerar a estabilidade do setor, que representa 6% do produto interno bruto (PIB).

Levy Moreira defendeu a universalização dos serviços de telecomunicações e o acesso dos usuários de banda larga a todos os recursos disponíveis. Ele cobrou, ainda, uma legislação moderna que assegure a regulação por meio de uma agência estruturada para atuar em ambiente de convergência. E criticou o excesso de impostos cobrados porque, de acordo com ele, representam metade do que se paga pelos serviços de telecomunicação.

Sobre referência feita pelo ministro Franklin Martins de que o setor de telecomunicações seria uma "jamanta" avançando sobre o mercado da radiodifusão, ele afirmou tratar-se mais de uma questão do mercado do que propriamente de um conjunto de empresas. Para sobreviver, os que estão no setor devem pular dentro da "jamanta" para não ficarem tecnologicamente atrasados, disse.



Presidente da CCT, Flexa Ribeiro, entre o ministro Franklin Martins e a assessora do ministro das Comunicações Zilda Beatriz Abreu: projeto de novo marco regulatório está sendo preparado por grupo de trabalho do governo

# Novo marco legal para comunicação deve ser fruto de amplo debate, afirma governo

Representantes do Poder Executivo dizem, em audiência pública no Senado, que as novas regras para o setor precisam resultar de debate transparente com todos os segmentos da sociedade. Ministro Franklin Martins descarta "fantasma" da ameaça à liberdade de imprensa e Ministério das Comunicações defende regulação do setor

REPRESENTANTES DO GOVERNO federal defenderam ontem que a definição de um novo marco regulatório para a comunicação requer amplo entendimento entre os órgãos governamentais e as empresas do setor, durante audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

No debate sobre uma nova legislação que substitua o Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da

República (Secom), Franklin Martins, afirmou que a legislação de 1962 "é absolutamente ultrapassada" e que a elaboração desse novo marco é um grande desafio que abre muitas possibilidades para o Brasil.

Franklin reiterou, no entanto, a necessidade de um debate público e transparente com todos os segmentos da sociedade, inclusive os usuários dos diversos serviços, para que a nova legislação "produza um ambiente de segurança capaz de representar um avanço na oferta e no pluralismo da comunicação".

– Se isso não acontecer, vamos 'perder o bonde' – assinalou o ministro. Ao falar das dificuldades para construção de consenso sobre o assunto ele chamou de "fantasma" o temor manifestado por alguns segmentos de que a regulação seja um "atentado à imprensa". Ele disse que liberdade de imprensa é a liberdade de imprimir e de divulgar, e não deve ser confundida com a falta de obrigações, "especialmente quando se trata de concessões públicas", reiterou.

Em sua exposição, Franklin Martins esclareceu que o projeto de novo

marco regulatório das comunicações, a ser enviado ao Congresso, está sendo preparado por um grupo formado por especialistas de vários órgãos, entre os quais os ministérios das Comunicações, da Justiça e da Fazenda, a Advocacia-Geral da União e as agências reguladoras do setor, além da própria Secom.

### Lucro

Para a assessora especial do Ministério das Comunicações Zilda Beatriz de Campos Abreu, a necessidade da nova regulação se dá pela enorme

capacidade de formação de opinião e de promoção de educação e de discernimento que a radiodifusão promove na sociedade.

Na opinião dela, o empresário deve ter consciência de que radiodifusão não é só um negócio financeiro, mas principalmente um negócio que deve resultar em benefícios para a sociedade.

– O lucro para a população tem que ser maior do que o lucro econômico que pode representar para o empresário – observou a representante do ministério.



Luís Roberto Antonik (E), Eduardo Levy Moreira e Kalled Adib: preocupação com nível de interferência do Estado

## ANJ pede reativação do Conselho de Comunicação

O diretor do Comitê de Relações Governamentais da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Paulo Tonet Camargo, concordou com a necessidade de alguns ajustes no Código Brasileiro de Telecomunicações, mas em sua avaliação o ponto central para o setor do jornalismo é o debate sobre a internet.

A informação, observou, virou commodity e não pode mais ser represa por ninguém. Nesse cenário, o que agrega valor ao jornalismo, como ressaltou, é a credibilidade que o veículo usufrui perante o seu público.

As mudanças que o jornalismo experimenta no ambiente de migração para a rede mundial passam a exigir também, segundo Tonet, que o debate inclua a questão dos direitos autorais, que representam a garantia da empregabilidade dos jornalistas.

Paulo Tonet Camargo cobrou a reativação, pelo Legislativo, do Conselho Nacional de Comunicação Social para auxiliar



Paulo Tonet Camargo: "Ponto central é a internet"

os parlamentares no debate da proposta de novo marco regulatório que deverá ser enviada pelo Executivo.

### Liberdade

Já Luís Roberto Antonik, diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), admitiu a necessidade de aperfeiçoamentos e consolidações no sistema regulatório de comunicação, porém ressaltou que, embora o Código Brasileiro de Telecomunicações seja antigo, a regulamentação da radiodifusão

são brasileira não o é.

Para ele, o sistema brasileiro de regulamentação da radiodifusão é moderno, eficiente e contempla muito fortemente a liberdade de expressão, o pluralismo e a diversidade.

O diretor-geral da Abert ressaltou que, nessa discussão sobre o novo marco regulatório, não se pode abrir mão de princípios como a liberdade de expressão e da menor interferência do Estado na atuação dos agentes privados, além do respeito à Constituição.

Antonik concordou com as ponderações do representante da ANJ quanto à necessidade de se dar prioridade na regulação para a questão da internet, em razão dos direitos autorais. Disse ser essencial que o debate contemple a produção e distribuição de conteúdo para que a propriedade das empresas fique nas mãos de brasileiros diante de um processo mundial de formação de conglomerados de multimídia.

## Anteprojeto passará antes pelo crivo de Dilma

O anteprojeto de marco regulatório para a área de comunicações eletrônicas pode estar pronto até o final de janeiro, quando será entregue à presidente eleita, Dilma Rousseff. Foi o que informou ontem o ministro Franklin Martins, da Secom

trata somente das comunicações eletrônicas, e não das comunicações em geral. Por isso, não entra na discussão, por exemplo, a imprensa escrita".

Franklin Martins – que defende a mudança da legislação do setor por meio do novo marco regulatório – acrescentou que, quando o anteprojeto for apresentado à futura presidente, "ela decidirá se vai dar prosseguimento ou não à iniciativa, se vai determinar que se trabalhe mais no texto". Ele afirmou que, caso a presidente decida prosseguir com a ideia, o anteprojeto passará por consulta pública para, só depois, ser enviado ao Congresso. O ministro fez essas revelações após a audiência pública realizada ontem no Senado.

Os críticos da proposta apon-

tam, entre outros problemas, uma possível tentativa de cerceamento da imprensa por parte do governo. O ministro nega que haja tal intenção. Questionado por jornalistas se a iniciativa do governo poderia ser comparada aos atos do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, Franklin Martins respondeu que "a Venezuela não é o Brasil" e que não cabe a ele fazer comentários sobre o país vizinho.

### Medida provisória

Ao reiterar que a proposta não pode ser enviada ao Congresso sob a forma de medida provisória, e sim como projeto de lei, o ministro argumentou que a nova regulação "não é assunto para urgência constitucional" e precisa de tempo para ser discutida.

– Não será um debate rápido. E isso tem de ser feito publicamente – declarou.

Franklin descartou envio do projeto como uma MP: "Não será um debate rápido", afirmou

## Ministro é questionado por afirmação sobre debate do marco

Durante a audiência pública na CCT, ontem, os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB) questionaram o ministro Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, sobre uma declaração que ele fez recentemente: a de que as discussões sobre o novo marco regulatório das comunicações eletrônicas (que abrangem rádio, TV e internet) serão feitas "num clima de entendimento ou de enfrentamento", se os setores envolvidos não se "desarmarem de seus fantasmas".

Cavalcanti – que ressaltou pertencer à base aliada do governo – disse que a declaração é "perigosíssima" porque pode ser mal interpretada, já que deixa implícita "a ameaça de enfrentamento". Flexa Ribeiro, da oposição, res-



Senadores Eduardo Suplicy, Marco Maciel e Roberto Cavalcanti (D) durante audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia

saltou que a frase "teve grande repercussão na sociedade". Ao responder o questionamento, Franklin Martins afirmou que não fez a declaração "num clima de guerra" e que o jornal *Folha*

de S. Paulo teria sido um dos responsáveis por essa interpretação "beligerante". – A liberdade de imprensa é maravilhosa. Mas só garante que a imprensa é livre. Não garante que

a imprensa seja boa – disse. O ministro leu uma transcrição da declaração sobre a qual os senadores o questionaram e afirmou: – Não vejo aqui nenhuma declaração de guerra.

## Para Anatel, legislação atual não atende mais à sociedade

O procurador-geral da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Marcelo Bechara, destacou o fato de que a atual legislação do setor não consegue mais atender às demandas da sociedade, devido aos inúmeros avanços no setor de telecomunicações, em especial à convergência tecnológica.

Para ele, a nova regulamentação deve ser encarada como uma forma de desenvolvimento natural da área, para que "haja uma convivência harmoniosa" entre todos os setores envolvidos.

– O momento histórico é de renovação do marco, para fortalecer o mercado e garantir ao cidadão os direitos constitucionais. Mas, para isso, precisamos parar de ter medo dessa palavra regulação, que não limita, mas sim preserva a isonomia, a competição e a convivência harmoniosa entre os próprios agentes da comunicação – enfatizou Bechara. Posição semelhante à do go-

verno, de defesa do novo marco regulatório, foi manifestada por Murilo Ramos, especialista em Telecomunicações e professor do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB).

Ele reiterou, no debate, não ser mais possível adiar essa atualização da legislação. Murilo disse ainda esperar que a presidente eleita, Dilma Rousseff, resolva efetivamente este assunto "já no primeiro ano de mandato".

Em sua apresentação, Murilo Ramos falou sobre as transformações que a internet tem provocado nos meios de comunicação, mas afirmou que essa discussão não pode ser feita dentro do novo marco regulatório, porque o assunto, segundo ele, não está ainda maduro sob o ponto de vista normativo.

– Podemos tratá-la simultaneamente, mas ela não pode ser um obstáculo ao andamento do marco – disse o especialista da UnB.



Marcelo Bechara, da Anatel, diz que é preciso parar de ter medo da palavra "regulação"

C. ABREU, Procurador-Geral da Anatel

## Ônibus é exemplo da nova agenda social do bloco

O ônibus híbrido usado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para transportar seus convidados ao Mirante de Itaipu, ao final da Cúpula Social do Mercosul, trazia uma placa simbólica: Mercosul 0001. Movido a etanol e eletricidade, o veículo servirá como exemplo da nova agenda social do bloco composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Segundo acordo firmado ontem, em Foz do Iguaçu, será criada uma placa comum a todos os automóveis, ônibus e caminhões que circulam nos países do bloco. Considerada um exemplo do novo momento da integração regional, a medida já havia sido antecipada aos integrantes da Representação Brasileira no Parlasul, em Montevideu, pelo representante permanente do Brasil junto ao bloco, embaixador Regis Arslanian.

Os veículos de carga e passageiros deverão ser os primeiros a contar com a nova placa, a partir de 2016. Segundo informação do Ministério das Relações Exteriores, a "placa Mercosul" deverá ter especificações técnicas comuns, além de contar com o dístico representativo do bloco. A combinação alfanumérica de cada placa continuará a ser determinada por cada país.

### Cidadania

Outra medida anunciada pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, foi o estabelecimento de um plano de ação "para a conformação de um estatuto da cidadania do Mercosul". O plano deverá ser colocado em prática ao longo dos próximos anos. Todas as medidas deverão estar em vigor até o 30º aniversário do Mercosul, em 2021.

Entre as iniciativas, estão a criação de um "espaço comum de livre circulação de pessoas no Mercosul", de um padrão de cédula de identidade e de um sistema comum de defesa do consumidor.

Também deverá haver tratamento local para serviços móveis e fixos de telecomunicação, o que "permitirá o barateamento das tarifas de telefone para todos os usuários que transitem entre os Estados-parte, sobretudo para as populações que vivem em áreas de fronteira".

À semelhança da União Europeia, os países do Mercosul decidiram, em Foz do Iguaçu, que terão um representante junto aos organismos internacionais e aos outros blocos



Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na 40ª reunião da cúpula do Mercosul. Ele diz que não se candidatará ao cargo

## Mercosul também terá cargo de alto representante-geral

O MERCOSUL PASSARÁ a contar com um alto representante-geral. O anúncio da criação do cargo foi feito pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, durante a 40ª cúpula do bloco, realizada em Foz do Iguaçu (PR). Segundo o ministro, o futuro ocupante do cargo, com mandato de três anos, renováveis por mais três, terá função semelhante à da britânica Catherine Ashton, que atualmente ocupa o cargo de alta representante para Política Externa da União Europeia.

– Trata-se de algo parecido com o que existe na União

Europeia. O Mercosul vai ter uma cara. Muita gente procura o Mercosul para conversar, mas quem vai falar em nome do bloco? É o alto representante – disse Amorim, que classifica o Mercosul como "núcleo dinâmico da integração sul-americana".

O ministro disse não ter conhecimento sobre como será feita a escolha do primeiro ocupante do cargo, mas adiantou que não será candidato a ocupá-lo. Ao ser provocado sobre a possibilidade de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ser apontado como primeiro alto representante do Mercosul,

após deixar o governo, o ministro disse não acreditar na hipótese.

– Não posso falar pelo presidente Lula, nem conversei com ele sobre isso. Na minha opinião, ele está acima desses cargos, mas quem pode mais pode menos – afirmou Amorim.

Entre as atribuições do cargo, estão as de representar o Mercosul em organismos internacionais e junto a terceiros países ou blocos e coordenar a implementação das metas do plano de ação para um estatuto da cidadania do Mercosul, aprovado durante a cúpula.

## Niemeyer assina projeto para a universidade

Os 103 anos do arquiteto Oscar Niemeyer, completados na última quarta-feira, foram celebrados em Foz do Iguaçu. É que o projeto da nova sede da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), a ser construída na cidade, tem a assinatura dele. A obra está prevista em edital lançado pelo reitor, Hélgio Trindade, na terça-feira, durante a abertura da Cúpula Social do Mercosul.

O projeto tem muito de Brasília. Um edifício de salas de aula, semelhantes ao da universidade da capital federal e um prédio dedicado à administração inspirado no Congresso Nacional. O pioneirismo da construção da nova capital também permeia a criação da Unila. Mas o projeto

agora é o de ajudar a construir a integração regional.

Ainda em instalações provisórias, a universidade conta atualmente com 200 alunos, dos quais metade brasileiros e metade de outros países do Mercosul – Argentina, Paraguai e Uruguai. O objetivo é chegar aos 10 mil alunos até 2016, dos quais 5 mil brasileiros.

A primeira etapa das obras, prevista no edital, inclui as salas de aula, a seção administrativa e o restaurante, e deverá ficar pronta até o final de 2012. Também começarão em breve as obras da biblioteca, financiadas com recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Na terceira etapa, até 2016, estarão prontos

os laboratórios e o teatro.

– Com a universidade, o Brasil ocupou um espaço vazio e vai atrair gerações de alunos do Mercosul e agora de países como Chile, Bolívia, Peru e Colômbia. Vamos contribuir para o desenvolvimento e a integração, por meio do conhecimento compartilhado e da cooperação solidária – disse Trindade, em entrevista à Agência Senado.

Além de contar com alunos e professores de vários países latino-americanos, a Unila também oferecerá cursos ligados ao processo de integração, como Relações Internacionais e Engenharia nas áreas de energias renováveis e de obras de infraestrutura, além de Ecologia e Biodiversidade.

## Presença só de eleitos fica para o ano que vem

O deputado Dr. Rosinha (PT-PR) considerou natural que o Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão máximo do Mercosul, tenha apenas registrado, sem tomar decisão final, a recomendação feita pelo Parlasul para que parlamentares indicados para compor as bancadas nacionais sejam "legisladores nacionais com mandatos vigentes outorgados pelo voto popular".

Como representante do presidente do Parlasul até o final deste ano, senador Aloizio Mercadante, o deputado apresentou oficialmente a declaração aos integrantes do conselho ontem. Para ele, o tema certamente voltará a ser discutido a partir do próximo semestre.



Dr. Rosinha apresentou ao Conselho do Mercosul sugestão do parlamento

## Amorim aprova eleição específica para o Parlasul

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, considerou de "bom senso" a recomendação do Parlasul de que apenas deputados e senadores eleitos, e com mandatos vigentes, integrem a Representação brasileira no órgão legislativo regional.

A utilização pelo Parlasul de eleitos para os parlamentos nacionais continuará até as eleições diretas específicas – no caso do Brasil, previstas para 2012.

– Isto é algo muito importante porque os povos do Mercosul, no nosso caso os brasileiros, poderão votar naquele candidato que aparecer na televisão para dizer como o Mercosul pode ajudar o seu estado, como pode ajudar na produção que interessa à sua região e o que ele vai fazer pelos acordos de residência – disse Amorim.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burtle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Em balanço da gestão, Sarney diz que Senado superou crise

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que a crise por que a Casa passou em 2009 está superada. Em um breve balanço das atividades do ano, ele afirmou que o Senado está hoje "totalmente regularizado".

– O plano de administração que fizemos teve absoluta transparência e participação dos funcionários e está já no Plenário para votação final. Votamos o plano de carreira dos servidores também. Extinguimos cerca de 1,5 mil funções gratificadas que existiam – explicou.

O parlamentar também disse que houve votações importantes e espera que o Senado conclua 2010 aprovando o Orçamento da União de 2011.

– Foi um ano de absoluta normalidade – sintetizou.

José Sarney, que participou

na quarta-feira da cerimônia de balanço dos oito anos do governo Lula, classificou como harmônica a relação entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário durante esse período.

– Não tivemos nenhuma crise entre os Poderes. Acho que isso ajudou a democracia e sua consolidação – assinalou.

### Fuso no Acre

Sobre a homologação pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do referendo realizado no Acre, no qual os eleitores optaram pela volta do fuso de duas horas a menos em relação a Brasília, Sarney explicou que deverá assinar ato declaratório para que seja efetivado o retorno ao antigo horário.

– Estou esperando a comunicação do tribunal e a publicação do acórdão – completou.

## Marconi Perillo renuncia para assumir governo de Goiás

O vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), renunciou ontem ao mandato de senador para tomar posse, em 1º de janeiro, como governador de Goiás.

Será seu terceiro mandato no governo goiano, para o

qual também foi eleito em 1998 e reeleito em 2002.

Ontem, o vice-presidente da República eleito, Michel Temer (PMDB-SP), renunciou à Presidência da Câmara. Ele deve renunciar ao mandato de deputado no final do mês.



Mandato de Alvaro é marcado por ativa participação no Plenário e nas comissões

## Alvaro Dias é o novo líder da bancada do PSDB no Senado

Assinado por integrantes do PSDB, foi lido ontem, em Plenário, ofício comunicando que o senador Alvaro Dias (PR) é o novo líder da bancada dos tucanos na Casa. O senador Arthur Virgílio (AM), que liderava o partido desde 2003, deixou o posto para assumir a liderança da bancada da minoria.

Com 24 anos de atuação no Legislativo, dos quais oito como deputado federal, Alvaro Dias tem ainda mais quatro anos de mandato na Casa. Em 1986, foi eleito pelo PMDB governador do Paraná e, em 1998, já no PSDB, elegeu-se para o Senado. O senador presidiu as CPIs do Futebol e da Terra, e foi membro das CPIs dos Correios e dos Bings.

Arthur Virgílio deixa a liderança do partido por considerar um contrassenso continuar

no cargo sem ter sido reeleito no Amazonas. Ele encerra seu mandato no dia 31 de janeiro de 2011, após 30 anos no Legislativo, onde chegou como deputado federal. Vai retornar ao Itamaraty, onde havia interrompido a carreira diplomática para se dedicar à política. Os partidos de oposição decidiram então conduzi-lo, nestes últimos meses de mandato, à liderança da minoria no Senado.

O parlamentar foi, em 1984, coordenador da campanha pelas Diretas no Amazonas e, em seguida, coordenador da campanha de Tancredo Neves rumo à Presidência da República. No governo de Fernando Henrique Cardoso, Arthur Virgílio foi líder do governo no Congresso e ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República.

Relatora-geral do Orçamento anuncia que ainda espera uma indicação do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, sobre os possíveis cortes a serem feitos na proposta

## Relatório de Serys mantém mínimo de R\$ 540 em 2011

A RELATORA-GERAL DO Orçamento de 2011, Serys Slhessarenko (PT-MT), anunciou que manteve o valor do salário mínimo em R\$ 540 no relatório final, que deverá ser divulgado hoje. A senadora, porém, disse que ainda espera uma indicação do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, sobre os possíveis cortes a serem feitos na proposta orçamentária da União para o próximo ano.

– Não posso ignorar os cortes. Se existirem, terão de ser considerados, mas estou trabalhando em cima de ações possíveis e passíveis de serem trabalhadas. Quanto menor venha a ser o corte, melhor – afirmou.

O relatório também reserva R\$ 30 milhões para cada cidade que irá sediar os jogos da Copa do Mundo de 2014, oriundos de emendas parlamentares, e mantém, "a princípio", os R\$ 3,9 bilhões já previstos para compensar os estados com as perdas decorrentes da Lei Kandir.

– Eu tenho colocado todas as proposições dentro dos nossos limites de forma equânime, como fizemos redistribuindo recursos para as emendas de bancada. Agora fizemos com as cidades-sede. É o critério mais justo e democrático – afirmou.

Serys reiterou ainda que espera ver aprovado o relatório-final do Orçamento de 2011 até o



Serys: texto assegura mais de R\$ 1 bilhão para equalização per capita do SUS

dia 21 na Comissão Mista de Orçamento (CMO), e no dia 22 no Plenário do Congresso.

### Equalização

A senadora disse que o relatório final assegura "recursos significativos, um pouco mais de 1 bilhão [de reais]", para a equalização *per capita* do Sistema Único de Saúde (SUS). Serys, porém, afirmou que o aumento do Judiciário "continua sem previsão" no Orçamento de 2011.

Em relação à complementação dos recursos da União para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Serys disse que o as-

sunto encontra-se em análise na relatoria-geral.

– Estamos tentando fazer uma distribuição justa entre ações previstas na lei do orçamento anual – afirmou.

### Reuniões da CMO

A CMO tem uma reunião na segunda-feira, duas na terça e duas na quarta. Mas antes de dar início à discussão do relatório final do Orçamento, a comissão precisa votar o projeto que retira a Eletrobras das metas de superávit primário em 2010 e 2011. O voto do relator, senador Tião Viana (PT-AC), é pela aprovação da matéria e rejeição das quatro emendas apresentadas.

## Empresa nacional pode ter preferência em licitações

Desde ontem, as empresas brasileiras podem ter preferência nas licitações públicas. Com a publicação da Lei 12.349/10 no *Diário Oficial da União*, a administração pública fica autorizada a estabelecer margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais, prevendo a escolha destes mesmo que custem até 25% a mais que similares estrangeiros. A lei é resultado da MP 495/10, aprovada pelo Senado no dia 25 de novembro.

Na discussão da proposta no Plenário, o relator-revisor da matéria, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), enfatizou que a MP foi inspirada numa legislação adotada pelos Estados Unidos nos anos 1930. O relator ressaltou, no entanto, que, ao contrário do estabelecido no caso dos EUA, o governo brasileiro não será obrigado a comprar o produto nacional, mas estará apto a optar por estabelecer a preferência

## Liberado endividamento de cidades-sede da Copa

Os municípios que sediarão os jogos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 poderão tomar novos empréstimos, mesmo se sua dívida total estiver acima da receita líquida real. A flexibilização dos limites do endividamento, prevista na MP 496/10, foi sancionada na quarta-feira, na forma da Lei 12.348/10. O objetivo é viabilizar obras de infraestrutura para as duas competições.

A MP também tratou da venda de imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); da transferência de terrenos de marinha para a Companhia Docas do Rio de Janeiro; e da compensação de regimes da Previdência.

Emenda da Câmara que permitia aos municípios que sediarão partidas da Copa realizarem também empréstimos para obras de saneamento básico e de transporte urbano foi vetada.

## Lula veta ampliação do calendário de vacinação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou integralmente projeto de lei da Câmara (PLC 5/09) que incluía cinco vacinas no Calendário Básico de Vacinação da Criança. A mensagem comunicando o veto foi publicada no *Diário Oficial da União* da última sexta-feira.

O projeto, do deputado Alexandre Silveira (PPS-MG), determinava a inclusão das seguintes vacinas: hepatite A, varicela (catapora), pneumoco-

ca, meningocócica conjugada C e pneumocócica conjugada 7-valente.

Em seu relatório à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), favorável à aprovação da matéria, o senador Mão Santa (PSC-PI) classificou a medida como "urgente para reduzir a mortalidade infantil, sobretudo entre as crianças das famílias de baixa renda".

Na mensagem de veto, o presidente Lula argumenta

que três das cinco vacinas já constam do calendário. Uma delas, a pneumocócica conjugada 7-valente, até já teria sido substituída por versão mais abrangente, a pneumocócica conjugada 10-valente.

Além disso, segundo a mensagem, o projeto não considerou critérios epidemiológicos e imunológicos, o que poderia resultar num comprometimento do alcance de coberturas vacinais.

Em sessão especial, Plenário exalta a vida e a obra de dois dos maiores compositores populares do país, que fariam 100 anos se fossem vivos

# Um samba em homenagem a Noel e Adoniran

AO SOM DAS canções *Fita Amarela* e *Gago Apaixonado*, de Noel Rosa (1910-1937), e *Samba do Arnesto* e *Saudosa Maloca*, de Adoniran Barbosa (1910-1982), executadas pelo Coral do Senado, o Plenário prestou ontem homenagem a dois dos maiores compositores brasileiros, que completariam 100 anos se estivessem vivos.

A iniciativa de celebrar o centenário de nascimento de Noel e Adoniran partiu dos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Ao fim da homenagem, os dois senadores se uniram ao coral.

O sobrinho-neto de Noel Rosa, Davi Medeiros Rosa de Mello, participou da homenagem. Segundo o senador Mão Santa (PSC-PI), que presidiu a sessão, os dois compositores “mostraram em vida a grandeza do nosso samba e retrataram muito bem a situação política, econômica e social do país”.

## O Poeta da Vila

Mão Santa salientou que cedo o carioca Noel Rosa tornou-se a “lenda viva do samba”. Conhecido como “O Poeta da Vila”, foi considerado um dos maiores letristas do país, por cantar um samba “versátil, autobiográfico, com aguçada compreensão do momento em que vivia”. Suas

mais de 200 músicas, compostas entre 1930 e 1937, acrescentou, tinham como personagens mulheres do povo, dançarinas, malandros, prostitutas e vagabundos, e incluíam as gírias e o “espírito despojado” dos cariocas.

O senador destacou que, tendo nascido de um parto a fórceps, que lhe causou um queixo retraído, Noel morreu aos 26 anos de tuberculose, sem ter obtido sucesso financeiro com sua vasta obra: o lucro ficou com os produtores. O compositor foi o grande sucesso do Carnaval de 1933, com músicas como *Fita Amarela*, *Vai Haver Barulho no Chatô*, *Assim, Sim!*, *Mas como? Outra Vez?*, *Prato Fundo*, *Seu Jacinto*, *Último Desejo* e *Chuva de Vento*.

## Bigode fininho

Adoniran Barbosa, por sua vez, teve que lutar bem mais para conseguir o sucesso, comparou o parlamentar. Mão Santa descreveu o estilo do compositor paulista pela voz rouca e pigarro constante, que compôs “um personagem particular” com seu chapéu, paletó, gravata borboleta e “bigode fininho”. Ele só se tornaria conhecido do grande público, recordou, por meio do grupo Demônios da Garoa e do show da cantora baiana Gal Cos-



Eduardo Suplicy (D) disse que músicas de Adoniran Barbosa são “um retrato exato da linguagem paulistana”

ta no Anhembi, em São Paulo, em 1973, onde ela apresentou *Trem das Onze*.

Para o senador Inácio Arruda, os dois compositores tiveram em comum, em sua genialidade, a capacidade de reunir música erudita e popular, e eles não enriqueceram com sua farta produção musical. Recordou que enquanto um teve educação formal, o outro não teve oportunidade educacional, porém ambos tiveram canções censuradas pela ditadura militar.

– Musicistas do campo popular, conferiram às suas criações uma sofisticada arquitetura artística sob uma roupagem de aparente

simplicidade. Desse produtivo veio popular, fizeram emergir uma sabedoria não livresca, embora refinada, e uma musicalidade que fala diretamente ao coração das massas – definiu.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) classificou os compositores como “monstros sagrados da música brasileira”. O parlamentar assinalou ser incombom homenagens informais no Senado, enquanto nas ruas as homenagens a ambos são diárias. Ele criticou a indústria fonográfica por não reverenciar a memória desses músicos populares, especialmente entre a juventude.

Ao final da sessão, o senador Eduardo Suplicy entoou um trecho da música *Saudosa Maloca*, mostrando que foi na linguagem simples do povo paulistano que Adoniran Barbosa construiu “as melhores cadências do samba”.

– Aproveitando-se da linguagem popular paulistana, de resto o próprio país, as músicas dele são o retrato exato dessa linguagem. E como a linguagem determina o próprio discurso, os tipos humanos que surgem desse discurso representam um dos painéis mais importantes da cidadania brasileira – encerrou.

## Neuto aponta conquistas no turismo e na agropecuária

Ao se despedir do Senado na quarta-feira, Neuto De Conto (PMDB-SC) destacou as conquistas do Brasil nos setores da agricultura e do turismo. Ex-presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), ele enfatizou que o turismo já é a quinta principal forma de entrada de divisas no Brasil, perdendo apenas para minério de ferro, petróleo, soja e frango.



Neuto De Conto

que o país ainda tem muito espaço para crescer, já que ocupa hoje o 39º lugar entre os países que mais recebem divisas externas por meio do turismo, entre 181 nações.

A agropecuária, por sua vez, é hoje responsável por 33% do produto interno bruto (PIB). Responde também por 34% das exportações e 37% dos empregos, podendo quadruplicar a produção, afirmou o senador.

## Jefferson Praia: mandato foi exercido em honra do titular

Jefferson Praia (PDT-AM), que assumiu a vaga de senador depois da morte do titular do mandato, Jefferson Péres, em maio de 2008, disse que procurou honrar seu antecessor no trabalho em favor da ética na política e dos interesses da Amazônia.



Jefferson Praia

tas de seu mandato, ele citou algumas das suas 87 proposições, como o PLS 371/08, que inclui no currículo dos ensinos fundamental e médio a obrigatoriedade de estudos sobre a Amazônia.

Convicto de que o mandato o amadureceu como homem público, o parlamentar disse que firmou convicções como a de reconhecer o papel insubstituível do Polo Industrial de Manaus.

Em prestação de con-

## Marina agradece a acrianos e confessa uma frustração

Em longo e emocionado discurso ontem, Marina Silva (PV-AC) avaliou os 16 anos de sua trajetória no Senado e despediu-se recebendo elogios dos colegas. A senadora agradeceu à família, à equipe e aos seus assessores do Senado e do Ministério do Meio Ambiente, citou nominalmente senadores e deputados de diversos partidos e elogiou a dedicação dos servidores do Senado.

Em 1995, aos 36 anos, lembrou Marina Silva, ela chegava ao Congresso como a mais jovem senadora, uma seringueira que só se alfabetizaria



Marina Silva

pelo Mobral aos 16 anos.

– Não tenho nada a exigir, a cobrar do povo acriano. Só tenho que agradecer. Nada disso teria acontecido

se não fosse pelas suas mãos – disse Marina.

A senadora se disse triste por não ter conseguido ver aprovado um de seus primeiros projetos, o que instituiria a Lei de Acesso aos Recursos da Biodiversidade.

– Saio daqui com essa falta, a falta de que o Brasil não tem uma lei para proteger e usar, com sabedoria, os 22% de espécies vivas do mundo que estão no nosso território.

## Collor faz balanço do biênio 2009-2010 à frente da CI

Na presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura no biênio 2009-2010, Fernando Collor (PTB-AL) disse que procurou aumentar sua abrangência e transformá-la num fórum de debates em busca



Fernando Collor

de propostas e soluções para a infraestrutura.

– Foram discutidas as demandas e as principais questões sobre os modais de transportes, a matriz energética e o setor de saneamento – resumiu.

## Colombo deixa o Senado para assumir o governo de SC

Ao se despedir ontem da Casa, o senador Raimundo Colombo (DEM-SC), que assumirá em 1º de janeiro o governo de seu estado, manifestou o desejo



Raimundo Colombo

de estabelecer parcerias com todos os prefeitos de Santa Catarina e com o governo da presidente eleita, Dilma Rousseff.

– Sou de um partido de oposição, as minhas ideias são fortes dentro de mim e eu luto por elas porque acredito, mas

nenhuma delas me impede de trabalharmos juntos. Desejo à presidente Dilma Rousseff o maior sucesso e, naquilo que puder, eu quero ajudar, porque quando o governo vai bem, vai bem a sociedade – afirmou.

Colombo agradeceu a confiança do povo de Santa Catarina e disse que por meio da política pôde realizar ações que trouxeram importantes benefícios para o estado.

## Em seu último discurso, Rosalba lembra luta social

Diplomada governadora na quarta-feira, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) despediu-se do Plenário ontem fazendo um balanço de seus quase quatro



Rosalba Ciarlini

anos de mandato. Ela destacou como feitos importantes de sua atuação a aprovação no Senado da proposta de emenda constitucional (PEC 64/07) que ampliou a licença-maternidade de 120 para 180 dias.

Para entrar em vigor, a

proposição precisa também ser aprovada pela Câmara dos Deputados.

A senadora destacou que priorizou seus esforços às áreas de saúde, educação e social. Rosalba lembrou que apresentou diversos projetos, entre eles os de regulamentação das profissões de motoboy, mototaxista e agente comunitário de saúde. Ressaltou ainda o trabalho em apoio às crianças portadoras de câncer e HIV.